

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

<b>Membros presentes</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
ASSEMAE	Rodrigo Hajjar Francisco (T)
Associação Hortifrutiflores de Jarinu	Cassiano Contesini (S)
BRK Ambiental Limeira	Marina Bosso (T)
BRK Ambiental Rio Claro	Thais Alves da Silva (S)
BRK Ambiental Santa Gertrudes	Crislaine Soares Teixeira (S)
BRK Ambiental Sumaré	Crislaine Soares Teixeira (S) Felipe Mangili Lara (T)
CDRS	Angelo César Bosqueiro (S) Denis Herisson da Silva (T)
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (S) Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (T)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (T)
DAE Valinhos	Daniel Maeda (T)
DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano (S) Astor Dias de Andrade (S) Cecília de Barros Aranha (T) Cláudia H. Siqueira Fonseca (S) Nicolle Passaglia Costa (S) Sebastião Vainer Bosquilia (S) Talita Cassieri Monteiro (S)
Dedini S/A	Igor Alessandro Serra (T)
Edisonda	Letícia dos Santos Daleffe (T)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
P.M. Indaiatuba	Adriano Prochowski (T) Roberto Mario Polga (S)
P.M. de Itatiba	José Carlos Maziero (T) Rogério Henrique Selicani (S)
P.M. de Itupeva	Karina Moura Gonçalves (T)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (S)
P.M. de Limeira	Gabriela Trigo Ferreira (S)
P.M. de Salto	Rodrigo Henrique Antunes (T)
Pró-Flor Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (T)
SAA	Angelo César Bosqueiro (S) Denis Herisson da Silva (T)

SAAE Atibaia	Claudinei Felício (T) Tiago Gomes (S)
SABESP	Nilton de Santana (T) Vanessa Egídio Pereira (S)
SANASA	Rodrigo Hajjar Francisco (T)
SANEBAVI	Luiz Ricardo de Oliveira (T)
Sec. Gestão Ambiental de Louveira	Victor Marinheiro (T)
Semear Consultoria	Lúcia M. Barbosa Francisco (S)
SINDAREIA	Jorge Edison Di Rito (S)
S.R. de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)

<b>Membros com justificativa</b>	
BRK Ambiental Rio Claro	Fábio Antonio Onjua

<b>Entidades ausentes</b>
ABCON
AEAA Atibaia e região
Cia. De Saneamento de Jundiá
CIESP - DR Campinas
DAAE - Rio Claro
DAE Americana
Élogi Soluções Ambientais Integradas Ltda Epp
Geoblue
Mackenzie – Campinas
OAB/SP
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Cordeirópolis
Pantanal Análises
Renove
TOPOBIO

<b>Demais presentes</b>	
Agência das Bacias PCJ	Bruno Aranda
	Rebeca Silva
	Tiago Georgette
	Juliana Franco Ustulin
DESTRA	Renê Vitti
DAE Jundiá	Caio Luis Moreira
P.M. de Jarinu	Marcos Morais
DAE Valinhos	João Lorenzi
CETESB	Mauro Kazuo Sato
	Rodrigo Ferreira

(T) – Titular (S) – Suplente (R) - Representante

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

**1. Pauta:** A pauta e o convite para a reunião foram enviados aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 09/04/2021. Em decorrência das medidas restritivas e de proteção sanitária adotadas por diversas organizações públicas e privadas voltadas ao enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19 e conforme os termos da Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, a reunião foi realizada por videoconferência através do link: [meet.google.com/xmc-fkrk-dbt](https://meet.google.com/xmc-fkrk-dbt). **2. Abertura da 89ª Reunião Ordinária:** A Abertura da reunião foi realizada pela Sra. Cecília de Barros Aranha, Coordenadora da CT-OL, que agradeceu a presença de todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes. 3.1.** A Sra. Cecília informou que solicitou a Secretaria Executiva que auxiliasse com notícias e informações de interesse da CT-OL para os informes da reunião e foram explanados sobre os assuntos levantados, a seguir: **3.2. Novos Representantes Suplentes das Instituições Membros da CT-OL.** A Sra. Cecília informou sobre os novos representantes suplentes das instituições que já são membros da CT-OL, sendo: **a) Edisonda.** A Edisonda indicou a Sra. Caroline Ramos Araújo como representante suplente, concluindo a seguinte composição: Caroline Ramos Araújo (S), Jeanny Mary Danvanzo (T), Letícia dos Santos Dalfeffe (S) e Sara Giandomingo (S). **(b) Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE.** O DAEE indicou o Sr. Astor Dias de Andrade e as Sras. Cláudia Hornhardt S. Fonseca, Nicolle Passaglia Costa e Talita Cassieri Monteiro, formando a seguinte composição: Astor Dias de Andrade (S), Cláudia Hornhardt S. Fonseca (S), Nicolle Passaglia Costa (S), Talita Cassieri Monteiro (S), Ariana Rosa Bueno Damiano (S), Cecília de Barros Aranha (T), Sebastião Vainer Bosquila (S). **(c) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.** A SABESP indicou o Sr. Alexandre Angela, concluindo a seguinte formação: Alexandre Angela (S), Adilson Nunes Fernandes (S), Ana Lúcia Silva (S), Ednei Antonio Antunes (S), José Freitas do Nascimento (S), Nilton de Santana (T), Vanessa Egídio Pereira (S). **(d)**

**Dedini.** A Dedini indicou a Sra. Lucinéia Cristina Vitti Prada, concluindo a composição: Lucinéia Cristina Vitti Prada (S) e Igor Alessandro Serra (T). **3.4. Indicações da CT-OL nos GTs dos Comitês da Bacia do Tietê.** A Sra. Cecília informou que a CT-OL recebeu o Ofício dos Comitês PCJ nº 143/2021, solicitando a indicação de membros da CT-OL para participarem do GT-Barragens nos Comitês das Vertentes do Rio Tietê, grupo criado com o objetivo de propor diretrizes para adequação das regras operativas de barragens, favorecendo o planejamento integrado e a mitigação de impactos. Após discussão foram indicados, a Sra. Claudia Homhardt Fonseca (DAEE) como representante titular e como suplentes o Sr. Astor Dias de Andrade (DAEE) e a Sra. Talita Cassieri Monteiro (DAEE). **3.5. 25ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ.** A Sra. Cecília informou que houve a eleição dos novos dirigentes da Diretoria dos Comitês PCJ na 25ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, realizada em 30/03/2021, sendo a relação aos novos dirigentes empossados: **a)** Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito Municipal de Piracicaba, como Presidente do CBH-PCJ e do PCJ-Federal; **b)** Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana – BIOSS, Presidente do CBH-PJ1, como 1º Vice-presidente do PCJ Federal; **c)** Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE, Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; **d)** Sra. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretária Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, como 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; **e)** O Sr. André Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; **f)** Sra. Caroline Tubero Bacchin, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, como Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ. **3.6. Deliberações Aprovadas na 25ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ – 30/03/2021.** A Sra. Cecilia informou que o acesso as deliberações deve ser feito através do acesso ao site dos Comitês PCJ, acessando a aba

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

deliberações e informou sobre as deliberações aprovadas que são de importância a CT-OL, sendo: **a) Deliberação dos Comitês PCJ no 360/21, de 30/03/2021**, que Altera os Planos de Trabalho 2020/2021 das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (CT-EA), de Outorgas e Licenças (CT-OL) e de Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, onde a CT-OL alterou incluindo a proposição da Política de Outorgas e Licenças (GT-Usos da Água) e a Atividade nº 01 “Webinário: Conversando sobre o Rio Jundiá, como estamos e o que podemos alcançar juntos” na categoria C - Eventos (GT-Enquadramento dos Corpos D’Água), estando aprovando as alterações no plano de trabalho. **b) Deliberação dos Comitês PCJ no 361/2021, de 30/03/2021**, que aprova o planejamento anual de atividades dos Comitês PCJ para o ano de 2021. A Sra. Cecília informou que trata-se do Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas – ANA em que consta o PAA onde consta as atividades dos comitês PCJ, tratando-se da agenda de reuniões e eventos que vão ocorrer no âmbito das Câmaras Técnicas para o ano de 2021, sendo de extrema importância a realização desses eventos, uma vez que qualquer alteração deverá ser justificada. **c) Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21, de 30/03/2021**, que aprova o regimento geral das câmaras técnicas dos Comitês PCJ e dá outras providências. **d) Deliberação dos Comitês PCJ no 363/21, de 30/03/2021**. A Sra. Cecília informou que a deliberação aprova Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2021. **3.7. Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas para Apresentação da Fase 2 do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ**. A Sra. Cecília informou sobre a importância de participação na Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas para Apresentação da Fase 2 do Planejamento Estratégico dos Comitês que irá ocorrer em 07/05/2021 as 09h00, tratando-se de uma reunião conjunta com todas as câmaras técnicas dos Comitês PCJ, sendo transmitida simultaneamente via Youtube, possibilitando a atualização aos membros em relação ao Planejamento

Estratégico. **3.8. Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos – FUMEP 2021**. A Sra. Cecília informou que o curso teve início em 19/03/2021, com 12 (doze) alunos sendo indicado pela CT-OL. **3.9. Cursos EAD Abertos pela Agência Nacional de Águas - ANA**. Informou também sobre a disponibilidade de cursos a distância oferecidos pela ANA, totalizando um total de 36 cursos, sendo necessário fazer o cadastro para o início dos cursos. **4. Aprovação da ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-OL, realizada em 19/02/2021, por videoconferência**. A Sra. Cecília informou que a minuta de ata da reunião anterior foi enviada pelo e-mail da convocação e questionou aos membros se haveria alguma alteração. A Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões solicitou a correção ortográfica da palavra “CT-RN” do registro de sua fala. Na sequência foi submetida à aprovação e aprovada por unanimidade. **5. Aprovação de novo membro (DESTRA Desenvolvimento Mineral)**: A Sra. Cecília informou sobre a solicitação de inclusão da DESTRA Desenvolvimento Mineral como novo membro da CT-OL, tendo como representantes os Srs. Renê César Coimbra Vitti como representante titular e José Valdir Lopes Júnior como representante suplente. Na sequência a Sra. Cecília questionou os membros se todos aprovavam a entrada da nova instituição DESTRA Desenvolvimento Mineral, sendo aprovado por unanimidade. **6. Apreciação da memória técnica da 8ª Reunião Ordinária do GT-Enquadramento dos Corpos d’água, realizada em 09/12/2020, por videoconferência e memória técnica da 6ª Reunião Ordinária do GT-Usos da Água, realizada em 03/03/2021, por videoconferência**. A Sra. Cecília submeteu as memórias técnicas para aprovação, sendo aprovadas sem alteração. **7. Apresentação da equipe técnica sobre a plataforma E-Cenários, pela Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB**: A Sra. Cecília informou sobre a apresentação da equipe da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, da plataforma E-Cenários e convidou o Sr. Mauro Kasuo Sato que passou a palavra ao Sr. Rodrigo Ferreira da Silva para dar continuidade. O Sr. Rodrigo Ferreira da Silva cumprimentou a todos e

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

deu início a apresentação da ferramenta E-Cenários informando que o projeto se iniciou no ano de 2013, tendo como primeiro passo a criação do Geoportal voltado ao licenciamento com avaliação de impacto da CETESB e ao longo dos anos passou também a ser utilizado pelo Sistema Ambiental Paulista e outros usuários, tornando-se necessário aprimorar a plataforma. Foi utilizado como exemplo de análise a Região de Caraguatatuba e apresentada a possibilidade de ter acesso a informações como: ortofotos, unidades de conservação, rodovias, linhas de transmissão, hidrografia, declividade, Índice de Qualidade da Água, inventário florestal, zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, entre outras tipologias. Na sequência a Sra. Cecília disponibilizou um período para perguntas, sendo: **a)** A Sra. Gabriela Trigo Ferreira, representante da Prefeitura Municipal de Limeira, questionou se o portal do E-Cenários é aberto e se é permitido o acesso de pessoas externas ao Governo do Estado. O Sr. Rodrigo informou que ainda não está liberado e que há uma licitação em tramite para um conjunto de servidores para a liberação de acesso do bando de dados ao público externo. **b)** O Sr. Victor Marinheiro, representante da Sec. Gestão Ambiental de Louveira, mencionou que as informações do DataGeo estão muito desatualizadas. O Sr. Rodrigo informou que DataGeo reúne diversas bases cartográfica do Estado de São Paulo e que elas podem estar desatualizadas na sua origem, sendo necessário entrar em contato com a equipe do DataGeo para uma possível atualização. **c)** Na sequência o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da CDRS, questionou se é possível a criação de uma plataforma única que reúnam informações disponíveis de diversos portais. O Sr. Rodrigo informou que cada portal possui informações específicas e que seria difícil reunir tudo em um único portal. **d)** A Sra. Cecília questionou se há indicadores ambientais que possam ser utilizados visando a elaboração dos Relatórios de dados de monitoramento da Bacia do Rio Jundiá.

A Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e Simões complementou sobre a necessidade de se passar informações sobre a qualidade do rio para as pessoas leigas no assunto, sendo necessário indicadores mais

visíveis. O Sr. Mauro informou que os indicadores são aqueles estabelecidos na legislação, que os parâmetros apresentados pelo Sr. Rodrigo como pH, DBO são indicadores objetivos apontando a qualidade do corpo d'água naquele momento e que será necessário estudar uma forma mais sensível para apresentar a população. **e)** Na sequência a Sra. Marina Bosso, representante da BRK Limeira, questionou se todas as informações apresentadas serão disponibilizadas ou se haverá informações restritas e como visualizar a delimitações de APPs por meio das imagens aéreas da plataforma. O Sr. Rodrigo informou que não haverá informações restritas e exemplificou a exibição das áreas de APP no programa. **g)** O Sr. Sebastião, representante do DAEE, mencionou que o sistema apresentado é voltado ao atendimento de planejamento onde será implantado o empreendimento e gostaria de saber em relação a parâmetros de qualidade e quantidade como o Geoportal poderia incluir a base de dados do DAEE na questão das outorgas O Sr. Mauro respondeu que para o lançamento de efluente o Geoportal não possui dados referente ao lançamento de DBO ponto a ponto dos empreendimentos que possuem outorga do DAEE, podendo ser uma funcionalidade futura. O Sr. Rodrigo complementou que caso o DAEE disponibilize uma base de dados dentro dos padrões de compartilhamento é possível a exibição das informações através do Geoportal. Na sequência a Sra. Cecília informou que poderiam ser os dados da Sala de Situação do DAEE e questionou se o E-cenários possui dados para avaliar a implantação de empreendimentos de acordo com o plano de bacias aprovados nos Comitês. O Sr. Rodrigo informou que esses dados não estão disponíveis, porém se existir essa informação em alguma base de dados que possa ser compartilhado é possível incorporar ao Geoportal. **h)** Na sequência o Sr. Renê Vitti representando a DESTRA, questionou como será a régua e como serão chanceladas as informações



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

passadas pelos empreendedores, que muitas vezes precisam ser revisadas. O Sr. Rodrigo informou que será necessário publicar material orientativo referente ao padrão dos materiais a serem publicados e que uma parte desse trabalho já vem sendo realizado e que todos os materiais passam por uma análise técnica para validação. **i)** Na sequência o Sr. Igor Alessandro Serra representante da Dedini S/A, perguntou quando o Geoportall E-Cenários for disponibilizado, se haverá algum curso para capacitação dos usuários. O Sr. Rodrigo informou que já está sendo criado alguns tutoriais para orientação aos usuários do Geoportall E-Cenários e um canal de suporte para o esclarecimento de dúvidas. A Sra. Cecília encerrou a apresentação e agradeceu a participação dos palestrantes Sr. Mauro Kasuo Sato e Sr. Rodrigo Ferreira da Silva, considerando a possibilidade de articulação da coordenação da CTOL, com a Fundação Agencia de Bacias, o Secretário Executivo dos Comitês PCJ, a Câmara Técnica do Plano de Bacias, sobre a inclusão de dados e informações do Plano de Bacias PCJ, afim de com o intuito de que os técnicos que avaliam os empreendimentos que vão se instalar, ampliar ou renovar licenças, tenham como destaque os dados referente ao plano de bacias, e outras questões relevantes relacionadas aos recursos hídricos. **8. Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos da FUMEP, com o tema Outorga Coletiva pela Ariana Rosa Damiano (DAEE):** Na sequência a Sra. Cecília passou a palavra a Sra. Ariana Rosa Damiano, representante DAEE, e Coordenadora-Adjunta da CT-OL, que informou que o tema escolhido se deu por conta da escassez hídrica e a necessidade de se adaptar ao cenário e que para o estudo realizado utilizou-se a Legislação dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, por não haver uma legislação sobre o assunto no Estado de São Paulo. A Sra. Ariana deu

início a apresentação do seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gerenciamento de Recursos Hídricos da FUMEP sobre “Outorga Coletiva como Mecanismo de Gestão”. Considera-se a outorga como um instrumento de regulação e organização do uso da água, sendo que a outorga coletiva seria uma ferramenta variante da outorga, que traz inovação para o modelo de gestão dos recursos hídricos, facilitando a resolução de conflitos pelos usos da água, e ainda nessa abordagem, apresenta algumas vantagens, pré-requisitos e incentivos para a sua adoção. O termo outorga coletiva visa simplificar os requisitos da gestão, transferindo a responsabilidade gerencial dos órgãos outorgantes para os usuários locais, por meio de uma associação de usuários de água, por exemplo. Nessas circunstâncias, o órgão gestor se ocupará em assegurar o cumprimento da outorga coletiva, e não do uso da água por usuários individuais, o que diminui o número de pontos de controle, abreviando o tempo e os custos para o governo, de acordo com consulta através da ANA que já está trabalhando com o tema. No entanto o termo outorga coletiva não é contemplado na Legislação Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos, não havendo nenhum dispositivo legal que discipline a sua expedição. A Agência Nacional de Águas utiliza os regulamentos da outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos para respaldar a expedição da outorga coletiva. A outorga coletiva é utilizada em algumas regiões do Brasil onde a disponibilidade hídrica não atende a demanda, caracterizadas como áreas críticas. Como não há legislação própria no país, a outorga coletiva poderia ser proposta pelos Comitês de Bacias como tema para discussão e a conscientização dos usuários sobre a responsabilidade em se obter essa outorga, sendo que por meio do levantamento realizado demonstrou-se que a outorga coletiva é um mecanismo de gestão que tem apresentado resultados em algumas regiões do Brasil, auxiliando nos conflitos relacionados

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

ao uso de recursos hídricos e regularização de usuários clandestinos. Necessitando estudá-la, de comum acordo com os diversos segmentos de usuários. Na sequência a Sra. Cecília abriu a palavra para perguntas, sendo: **a)** o Sr. Denis Herisson da Silva, representantes da CDRS, questionou sobre como implantar a outorga coletiva em um loteamento clandestino. A Sra. Ariana informou que haverá a necessidade de os moradores verificarem a possibilidade, caso se trate de um local crítico e se há outras possibilidade de abastecimento, e em seguida apresentar as informações ao DAEE para tentativa de se encaixar nas legislações de outorga de direito de uso. **b)** Na sequência o Sr. Cassiano Contesini, representante da Associação Hortifrutiflores de Jarinu, questionou em relação a legalidade de quem administra essa outorga se há necessidade de ser uma pessoa jurídica ou o poder público. A Sra. Ariana informou que ainda não há regras em nossas bacias e que em Minas Gerais o poder público não pode, somente por associações e sindicatos. **c)** Na sequência o Sr. Michele Consolmagno, representante da CIESP – DR Bragança Paulista, comentou de se tratar de um assunto delicado por tratar-se de uma nova regularização e que pode estar atrelado a áreas invadidas e no fornecimento de água, energia elétrica e esgoto para esses locais. A Sra. Ariana informou que não acha que será a outorga coletiva que contribuirá para esse processo. A Sra. Cecília pediu para deixar essas considerações para uma próxima reunião sobre o assunto. **d)** Na sequência a Sra. Cláudia Hornhardt Siqueira Fonseca, representante do DAEE, informou que conforme ressaltado a outorga coletiva não está implantada e trata-se de um estudo a ser realizado, que talvez não será em todos os caso a aprovação dessa outorga. **9. Andamento dos trabalhos dos GT-Usos da Água, GT-Enquadramento e GT-Difusão:** Na sequência a Sra. Cecília passou a palavra aos coordenadores de seus respectivos GTs. **a) GT-Usos da Água.** O Sr. Denis Herisson da Silva informou

sobre o andamento da Política de Outorgas e Licenças, que no momento se encontra em fase de discussão entre o DAEE e a CETESB e que já foram feitas reuniões nas CT-Indústria, CT-RURAL e CT-SA. Informou sobre a reunião realizada com a CETESB no dia 30/03/2021, resultando em contribuições já inseridas na minuta da política de outorgas e licenças. Destacando-se: **1)** Constar na política o apoio em capacitações e treinamentos das entidades relacionadas as outorgas e licenças. **2)** Inserir a disponibilidade de se discutir nas câmaras técnicas tais critérios de impactos ambientais, de forma a garantir a participação dos usuários de recursos hídricos no estabelecimento e preposição de normas ambientais. **3)** Consideração das premissas do plano de bacias e os aspectos relacionados a controle e fiscalização, bem como apoiar investimentos relacionados a estas atividades. **4)** A necessidade de abrir oportunidades para que sejam apoiados projetos de inovação tecnológica ou modernização de sistemas que trazem benefícios, eficiência e economia as atividades relacionadas a outorgas e licenças, como exemplo tecnologias para mitigar impactos na geração de efluentes. **5)** Promover um espaço para que sejam discutidas tais normas com a participação dos usuários dos recursos hídricos que fazem ou farão uso destas resoluções. Informou também que a Sra. Cecília sugeriu que alguns pontos da política já estão bem equacionados ou consolidados, porém essa consolidação só ocorrerá quando as duas principais entidades voltadas a outorgas e licenças fizerem as reuniões e os devidos apontamentos dentro da política e solicitou as demais entidades representadas no GT-Usos de água para propor suas sugestões ou alterações na política. A sra. Cecília complementou que foram formados grupos dentro da CETESB e DAEE para o levantamento dos principais pontos que deverão constar na política e que a ANA também fará contribuições. **b) GT-Enquadramento.** A Sra. Maria Carolina Hertel Dutra e

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Ata da 89ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças

16/04/2021 - 09:00

Reunião via videoconferência

Simões informou que iniciou-se o proposto no plano de trabalho, a SOS Mata Atlântica, onde já foi conversando em relação aos trabalhos de comunicação social e monitoramento, no modelo do Observando Rios, estendendo essa comunicação para o Rio Jundiá. E reforçou a participação de novos membros no grupo. **c) GT – Difusão.** A Sra. Cecília informou que o GT possui quatro temas de discussão que estão sendo foram estabelecidos no plano de trabalho, sendo: **1) Curso Plataforma EAD sobre Outorgas e Licenças**, está havendo uma conversa entre o pessoal do DAEE, Secretaria Executiva e SEMAR para a realização de cursos em plataforma EAD. **2) Podcast e Tutoriais para os usos de sistemas eletrônicos em outorga e licenciamento ambiental.** Já foi aprovado no DAEE e serão elaborados os primeiros roteiros para apresentação ao Secretário Executivo dos Comitês PCJ para o devido encaminhamento, fazendo parte do plano de comunicação que está sendo elaborado pela agência. **3) Informação do Banco de Dados de Cadastro de Outorgas e Licenciamento nas Bacias PCJ.** A Sra. Cecília informou em relação as tratativas para a integração dos bancos de dados entre CETESB e DAEE **10. Outros assuntos.** A Sra. Cecilia questionou se haveria outros assuntos a serem discutidos, não havendo nenhuma solicitação, foi dada sequência ao encerramento da reunião. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cecília agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Ariana Rosa Bueno Damiano  
Coordenadora-adjunta da CT-OL

Cassiano Cortesini  
Secretario da CT-OL

Cecília de Barros Aranha  
Coordenadora da CT-OL